Ata da 9ª reunião ordinária do Conselho Participativo Municipal da Sub Prefeitura de Santo Amaro - CPMSA.

Ao trigésimo dia do mês de outubro do ano de 2014, nesta Capital, no bairro de Santo Amaro, no auditório da Subprefeitura, Praça Floriano Peixoto, 54, as 19h15(dezenove horas e quinze minutos) teve inicio a 9ª (nona) reunião do Conselho Participativo Municipal da Subprefeitura de Santo Amaro em regime de convocação ordinária, marcada para iniciar as 19h00 (dezenove horas). Presentes os conselheiros Ailton Azevedo dos Santos, Carmen Alizete Inácio Paiva, Elisete da Fátima Martins Lopes dos Santos, Fabio Grochocwski Rocha, Helena dos Santos Tofino, Humberto Bocheneck Visone, Jurandir Ramos Vieira, Larissa Spyker, Maria do Carmo Pedroso Silva, Maria Luiza Chaves Leifert, Maria Regina Povresio, Olivia Augusta Araujo Macedo Costa, José Paulo dos Santos, Rosangela Guilherme da Silva Maia, Rute Salves Arantes, Sandra Regina Fernandes da Silva, Sylvia Brigitte Schumacher, Virgilina da Silva Graça, Victor Gonzales, munícipes presentes, Senhora Gleice Maria de Vasconcelos, Senhora Renata B. D’Angelo, Senhora Maria Cecília A.G.C Oliveira, Senhora Cristina Antunes, Senhora Luciana Ramos Vieira, Senhor Idevanir Arcanjo, Senhor Reinaldo Coelho e representando a Subprefeitura na função de interlocutor do CPMSA, o Senhor Wander Simões de Oliveira. A Senhora Virgilina, coordenadora abriu a reunião informando os senhores membros do CPMSA e munícipes presentes a pauta a ser apreciada e as ausências justificadas dos conselheiros Adilson Almeida Araujo, Maria Auxiliadora Lopes Martins e Roberto Araujo. Ainda, comunicou que a conselheira Olivia estava a caminho e que brevemente estaria presente para comentar o item 3 da pauta que discorreria sobre o CADES, Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação de Solo e a Interface com a Subprefeitura de Santo Amaro. Imediatamente passou a palavra para o secretário que fez a leitura da ata da 8ª reunião ordinária do CPMSA, efetuaram se as correções que no momento foram apontadas e não havendo manifestações contrarias, deu-se a mesma por aprovada. A conselheira Sylvia discute a condição de moradia dos vitimados pelo incêndio ocorrido na favela do piolho – Campo Belo, sugere que as autoridades observem quem já estava no local e que seja dada celeridade às soluções destas questões, às famílias que ainda se encontram morando na calçada. A coordenadora pela oportunidade informou que o terreno para realocação das famílias já fora comprado. A conselheira Rute informou que os moradores passaram a receber o cheque aluguel. O interlocutor Wander recorda que a orientação é para que as famílias vitimadas pelo incidente tenham garantidas unidades para residência na mesma área onde moravam. Afirma que serão atendidas todas as pessoas que comprovadamente moravam no local, a mais de seis (6) meses. O senhor Wander diz que a questão das pessoas saírem para o auxilio aluguel foi uma imposição do MP. Alertou que se alguém tiver o auxilio aluguel suspenso, a razão é que aquele morador voltou a viver em situação de risco. Os moradores da calçada são cinquenta (50) e serão as primeiras pessoas a serem atendidas. O senhor Wander alertou que há inconsistência de dados no cadastro, como por exemplo, telefone incorreto entre outros dados, o que gera dificuldade na comunicação com os envolvidos. A conselheira Carmem alerta sobre a questão da saúde no Jardim Edite. A conselheira Olivia iniciou sua intervenção dizendo que queria falar sobre dois assuntos. Serão iniciadas as oficinas de discussão da lei de parcelamento, uso e ocupação do solo, a nossa será no dia 29 de novembro. Solicitou que os conselheiros divulguem o evento em suas entidades de relacionamento. Comentou denuncia de desmatamento em área próxima da escola suíça no JD. Alfamore. Este assunto de possível supressão foi informado ao CADES. Informou também, que o corte das arvores da Av. Berrini foi colocado em pauta no CADES. A conselheira Sylvia, também conselheira do CADES, fala sobre o Simpósio Internacional de Urbanismo Ambiental – dizem que os jovens não se interessam pela questão ambiental – a conselheira sugere que seja convidado um jovem engajado de Pedreira para participar da próxima reunião ordinária do Conselho. A conselheira Olivia solicitou a palavra e sugeriu que as questões ambientais específicas sejam dirimidas no CADES. A conselheira Luiza denuncia que as praças estão sendo ocupadas por CDC’S, alerta para um possível desvio de finalidade deste bem comum público. A moradora Senhora Renata solicita ao Conselho retorno sobre as providências da CET relativas a implantação da ciclovia na Rua Fernandes Moreira. A Senhora Gleice explana sobre a questão hídrica de forma geral e conclama ao Conselho Participativo que paute permanentemente a discussão ambiental. A Senhora Cristina Antunes, representando a Ciranda, comenta a formação da Ciranda como seguimento organizado da sociedade civil em Santo Amaro e solicita ao Conselho Participativo o reconhecimento da entidade como núcleo de debates – fóruns de associações de moradores que participavam do Núcleo de Desenvolvimento da Subprefeitura de Santo Amaro, espaço da participação dos setores organizados da sociedade civil anterior à instituição do CPMSA. Ponderou que as ações desenvolvidas pelo Núcleo sejam absorvidas pelo CPMSA. Considerou que a Subprefeitura tem se empenhado nas ações de gestão administrativa, porém os procedimentos de fiscalização se mostram ineficazes. Assim, sugere que através do CPMSA a sociedade civil participe e de sua contribuição como um agente de olho no bairro. Para ampliar os ganhos de desempenho na gestão da Subprefeitura, a senhora Cristina vê a necessidade do poder público investir na reciclagem dos funcionários. Solicitou ainda que o CPMSA discuta com a Subprefeitura a realização de três (3) oficinas temática ( transportes, meio ambiente e uso e ocupação do solo) antes da realização da oficina da lei de uso e parcelamento do solo prevista para acontecer em Santo Amaro no dia 29 de novembro. Reiterou critica a forma como esta sendo implantada a rede de ciclovia em Santo Amaro e apoiou a intervenção da moradora Renata, que argumenta falta de planejamento na implantação da ciclovia na Rua Fernandes Moreira. Finalizando a senhora Cristina Antunes solicitou ao CPMSA que obtivesse junto a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano—SMDU cartilhas da lei de uso e ocupação do solo. A conselheira Olivia argumentou contrariamente a realização de pré oficinas para debater a lei de uso e ocupação do solo com o objetivo de oferecer contribuição à audiência pública agendada para o dia 29 de novembro no auditório da Subprefeitura de Santo Amaro. A funcionária da Subprefeitura de Santo Amaro, senhora Carla tomou a palavra e disse que o material solicitado pela senhora Cristina não estava disponivel para o público e que no dia 13 se novembro a Subprefeitura terá uma reunião com a SMDU onde será dada toda orientação relativa a audiencia pública do dia 29 de novembro. A senhora Carla alegou que haverá apenas uma reunião para discutrir a lei zoneamentoe que será no dia 29 de novembro, a subprefeitura não pode disponibilizar antecipadamente material para discussão da lei de zoneamento. Diante da intervenção da senhora Carla o pleno não se manifestou. A conselheira Rute agradeceu todas as pessoas que se solidarizaram com os vitimados da favela do Morro do Piolho comparecendo a audiência no Ministério Públiico. Na sequência denunciou que uma pessoa moradora da favela vem explorando comercialmente os baixos do viaduto Washigton Luis, em frente ao deposito de materiais de construção NICOM. A conselheira Larissa argumentou a favor do distrito de Campo Grande lembrando que seria necessário empenho por parte deste Conselho, pois tinha informação de que a UBS proposta para o Campo Grande não se concretizaria. Sem mais a declarar, a palavra foi passada aos demais conselheiros para suas considerações finais, não havendo manifestações, a coordenadora declarou encerrada a reunião as 21h15. Registre se as ausências justificadas dos conselheiros Adilson Almeida Araujo, Roberto Araujo e da conselheira Maria Auxiliadora Lopes Martins. Nada mais tendo a apontar, eu Ailton Azevedo dos Santos lavro a presente ata.

 Virgilina da Silva Graça Ailton Azevedo dos Santos

Coordenadora Secretário Geral